

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.265 - RJ (2019/0170978-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : RENATO SOARES DA CONCEICAO  
**RECORRENTE** : LEILA MARIA OLIVEIRA RODRIGUES  
**ADVOGADO** : ANTÔNIO AUGUSTO DE SOUZA MALLET E OUTRO(S) - RJ070198  
**RECORRIDO** : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE  
**ADVOGADOS** : MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA E OUTRO(S) - RJ110501  
PATRICIA SHIMA - RJ125212  
**RECORRIDO** : MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO  
**PROCURADORES** : FRANCISCO JOSÉ MARQUES SAMPAIO - RJ046563  
GUILHERME MOULIN SIMÕES PENALVA SANTOS E OUTRO(S) - RJ147435

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. OFENSA CARACTERIZADA. QUESTÃO NÃO EXAMINADA E IMPRESCINDÍVEL À SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 187, e-STJ):

OBRIGAÇÃO DE FAZER. CEDAE. OBRAS DE EXTENSÃO DA REDE DE ÁGUA À RESIDÊNCIA DOS AUTORES. DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. IRRESIGNAÇÃO DOS AUTORES.

A legitimidade das partes é questão de ordem pública e requisito de admissibilidade. Em sendo assim, na forma do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil, pode ser analisada em grau recursal, caso não tenha sido questionada anteriormente pelo juízo de origem, desde que oportunizada a prévia manifestação das partes sobre a questão, na forma do artigo 10 do Código de Processo Civil, evitando a surpresa de uma decisão terminativa, o que não configura supressão de instâncias, como alega o recorrente.

O controle das políticas públicas relativas à saúde pública e ao meio ambiente são medidas que interessam a coletividade, o que afeta toda a sociedade, deste modo não é possível medir o interesse de cada pessoa de forma individual.

No presente caso o direito é de natureza coletiva e não individual, pois, a hipótese trata de conserto de esgotamento sanitário na rua onde moram os autores, o que atingirá direito de todos os moradores do local.

Assim, sendo o direito indivisível o interesse é difuso e deve ser pleiteado através de ação civil pública ou ação popular, cuja legitimidade extraordinária não se verifica neste caso, com pleito de interesse próprio.

Deste modo, deve ser reconhecida a ilegitimidade ativa dos autores e extinta a ação sem julgamento de mérito, não se conhecendo o presente recurso por ausência de um dos requisitos de admissibilidade.

Recurso NÃO CONHECIDO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM

RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do artigo 485, VI do Código de Processo Civil pela ilegitimidade ativa.

Embargos de declaração rejeitados.

Os recorrentes alegam violação dos artigos 490 e 1.022, I e II, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito das seguintes questões: (a) o artigo 104 da Lei 8.078/1990 admite a possibilidade de interposição de ações individuais nos casos de tutela de direitos difusos ou coletivos de natureza indivisível; (b) não há qualquer norma que exclua a responsabilidade do ente público pela reparação dos danos morais decorrentes de falha na prestação de serviço público.

Quanto às questões de fundo, sustentam ofensa aos artigos 81, *caput*, II, 83 e 104 do CDC, 927, *caput*, V, do CPC/2015, e dissídio jurisprudencial, sob os seguintes argumentos: (a) detêm legitimidade ativa porquanto a pretensão é de natureza singular e divisível; (b) é possível ação individual para a defesa de direito individual homogêneo.

Com contrarrazões às fls. 336/363. e-STJ.

Juízo negativo de admissibilidade às fls. 404/405.

Agravo provido para melhor análise do recurso especial à fl. 528.

É o relatório. Passo a decidir.

Com efeito, os recorrentes pretendem a anulação do acórdão proferido pela Corte de origem em sede de embargos de declaração sob o argumento de que remanesce omissis ponto relevante para o deslinde da controvérsia.

Extraí-se dos autos que o recorrente argumentou e requereu a manifestação expressa do órgão julgador a respeito da previsão legal inserta no artigo 104 da Lei n. 8.078/1990, vinculado à tese de possibilidade de interposição de ação individual com o intuito de tutelar direito individual homogêneo (fls. 222/232, e-STJ).

Com efeito, evidencia-se que a questão suscitada guarda correlação lógico-jurídica com a pretensão deduzida nos autos e se apresenta imprescindível à satisfação da tutela jurisdicional.

A manifestação sem esclarecimento suficiente a respeito de questão necessária à resolução integral da demanda autoriza o acolhimento de ofensa ao artigo 535, I ou II, do CPC/1973, enseja a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração e torna indispensável o rejugamento dos aclaratórios.

A propósito: AgInt no REsp 1.394.325/RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 30/11/2016; AgRg no REsp 1.221.403/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 23/8/2016; AgRg no REsp 1.407.552/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 3/3/2016.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial, tornando nulo o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração, a fim de que a Corte de origem aprecie a matéria articulada nos aclaratórios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de março de 2020.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator